

PMDB acha que desta vez tudo vai dar certo

Para o presidente do PMDB-DF, e Assessor do senador Leite Chaves do PMDB-PR, Maerle Ferreira, a luta pela representação política para o DF, hoje, tem conotações extremamente diferentes das outras encetadas no passado. "Isso, por dois motivos: em primeiro lugar que, com a redemocratização progressiva do país, surgiram no DF os elementos verdadeiramente impulsionadores dessa reivindicação, os partidos políticos".

Por outro lado, disse ele, o conjunto de movimentos sociais representados pelas associações de moradores, profissionais, sindicatos e outras entidades de classe, adquiriram um novo ânimo, em virtude desse processo de redemocratização e da presença que faltava nesse cenário, que são os partidos políticos.

Acrescentou que diante dessa constatação, como presidente do PMDB-DF, vê que os caminhos em direção da conquista da representatividade está muito próximo. Critica ainda o governo que, em sua opinião, continua a impedir que isso aconteça. "Mas acredito que com o processo de redemocratização que atravessa o País, não se tem mais condições de excluir 500 mil eleitores ou 1,5 bilhões de habitantes da vida ativa de sua realidade urbana. Temos então um compromisso político de que a representação para o DF, é uma questão de honra".

COMITÊ PELO VOTO

Já o presidente do Comitê pelos votos no DF, Carlos Alberto Lima Torres, diz que o voto é instrumento de luta e somente ele, permite que sejam escolhidos para dirigir a nação, os verdadeiros representantes do povo, e que sairiam do próprio povo. Pretendemos que cada cidade—satélite vote nos seus representantes.

Carlos Alberto, que é professor universitário, afirma ainda que o Comitê pelo Voto é apartidário. Apesar disso, ele é o 1º vice-presidente do PMDB local. Ele também diz que a tática de atuação do comitê, funciona em dois níveis: Um, a mobilização popular, através dos partidos, das entidades profissionais, das associações comunitárias, da Igreja, dos Sindicatos, etc.

O 2º nível, é a pressão parlamentar. Procuramos os políticos diretamente, com abaixo-assinados da população, e, ainda, pedimos às entidades para que pressionem os parlamentares. No caso dos sindicatos e entidades de classe, solicitamos gestões com suas congêneres de outros Estados, para que, também, orientem os seus parlamentares para comparecerem a dar o quorum necessário para a obtenção do número de votantes.

Emenda Fruet, o Comitê vai partir para uma ofensiva mais forte, que é denunciar de público, e nos diversos Estados da Federação os parlamentares que não comparecerem em plenário, inclusive os da Oposição.

Questionado sobre a pequena mobilização popular nos comícios programados, onde sempre comparecem as mesmas pessoas, mas que verdadeiramente não conta com a adesão da população, bem como dos estudantes - em Brasília o número destes é de quase 200 mil e, somente universitários são cerca de 40 mil -, o

presidente do comitê pelo Voto disse esse fato decorre de que, em Brasília, não existem candidatos concretos, concorrendo a um cargo público. "Além disso a população esqueceu do processo eleitoral".

"POVO CONTRA O RESTO"

O candidato a deputado federal pelo Estado de Goiás, pelo PDS, jornalista Mário Eugênio também se declara favorável a representação política para o DF. "Se já estivesse eleito, certamente votaria à favor da Emenda do deputado Maurício Fruet. Mas, eleito ou não nas próximas eleições, e dentro de minha disponibilidade, farei o possível para colaborar nessa já tradicional batalha, em torno da representação política para o DF".

Sobre uma possível orientação do seu partido, o PDS, para que, se eleito votasse contra a representação política para Brasília, Mário Eugênio disse que nesse caso, iria contra suas lide- râncias. "Afinal, meu slogan define o meu pensamento: Mário Eugênio é o povo contra o resto. Se o povo quer eleição e depender de mim, ele terá".

Candidato do PDS para a Assembléia Legislativa de Goiás, o também jornalista Roberto Siqueira, se confessa contra a representação política, "nos moldes que vem sendo proposta. Segundo ele, "as eleições deveriam ser em nível de vereança, sem remuneração, da forma como já vem ocorrendo em determinados setores com as miniprefeituras".

Para Siqueira o que está ocorrendo em termos de eleições para o DF, é a mobilização de alguns setores e de "certos políticos" que lutam pelas eleições, não pelo voto, ou pela representação popular. "Tem uma minoria de pessoas que se diz político e que lutam exclusivamente para obter um cargo de Senador, deputado, com a nítida finalidade de proveito próprio".

Na opinião do vice-presidente do PMDB-DF e ex-presidente do PP, em Brasília, Elias Oliveira, que é também, assessor do Senado, a representação política para Brasília seria interessante inclusive para o próprio governo, que teria com quem e onde dialogar, certo da representatividade constitucional dos representantes do povo, eleitos pelo voto secreto e universal, dentro da plenitude democrática.

Ressaltou que, embora o governo não tenha a plena consciência da importância da representação, muitos parlamentares do próprio partido já chegaram a essa conclusão. "Se o governo liberasse a sua bancada para votar livremente, nós teríamos a aprovação da emenda Maurício Fruet".

Descartando a acusação de que o PT-DF é divisionista no que tange à representação política, o presidente da regional do partido, jornalista Hélio Doyle, disse que apoia todos os projetos que significarem um avanço para a organização política em Brasília. Ele afirma que tanto o projeto do senador Nelson Carneiro (PTB-RJ) que estende ao eleitor do DF o direito de votar nas próximas eleições, nos candidatos do seu Estado, bem como o do senador Amaral Furlan (PDS-SP), que proporciona a regulamentação partidária no DF, a partir dos diretórios, representam avanços políticos.



Elias Motta



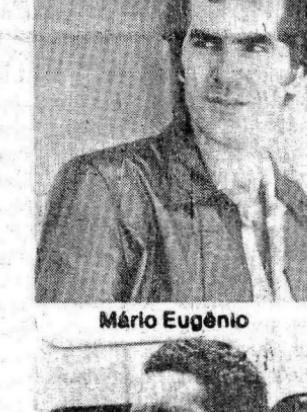
Sebastião Bortone



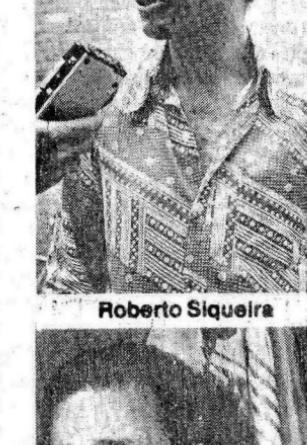
Carlos Alberto Torres



Maerle Ferreira



Mário Eugênio



Roberto Siqueira



Lindemberg Aziz Cury